

Bancos vão prorrogar créditos *dinheiro Est*

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

com recursos obtidos junto a organismos internacionais. Essa expectativa, segundo o presidente do BC, não é incompatível com as declarações de Sayad. "Não há dúvidas sobre a origem desses recursos. O Brasil não tem intenção de pedir dinheiro novo aos bancos neste ano", disse Lemgruber a este jornal, insistindo num ponto que enfatizou com seus interlocutores.

Independentemente de estar financiando o déficit neste ano com fontes não-bancárias, sabe-se que o governo já está discutindo com os credores a questão do dinheiro novo nos anos futuros, no contexto do acordo plurianual. Numa rodada anterior de conversas, o Brasil propôs a inclusão no acordo de renegociação de uma cláusula que leva em conta a questão de dinheiro novo de duas formas.

DINHEIRO NOVO

A proposta começa com uma declaração neutra, na qual o governo brasileiro afirma que, se surgir a necessidade de dinheiro novo ao longo dos dezesseis anos de prazo previstos no acordo de reescalonamento da dívida e não for possível obter os novos recursos através dos mecanismos normais do mercado, o País procurará "preferencialmente" cobrir o déficit através de fontes não-

bancárias. Adicionalmente, o texto da proposta estipula que se a necessidade de novos recursos for causada por choques externos, como um aumento brusco da taxa de juros ou uma deterioração dos termos de troca, o País e os bancos poderão acrescentar um crédito especial para atender à emergência.

A primeira parte da proposta contrasta com uma convenção incluída nos procedimentos de monitoração da dívida do México, na qual o governo do presidente Miguel de la Madrid praticamente renuncia a fazer qualquer pedido de dinheiro novo aos bancos, através do sistema atualmente em vigor, que é eufemisticamente chamado "empréstimo involuntário". A segunda parte é uma inovação importante e, certamente, consumirá longas horas nas conversações entre as autoridades econômicas brasileiras e os bancos, que, terminada a reunião de amanhã, serão retomadas apenas dentro de duas ou três semanas, quando as negociações com a missão do FMI já estiver em andamento. A missão parte para Brasília neste fim de semana. Segundo as estimativas de funcionários brasileiros, as negociações com os bancos só esquentarão no mês de julho e poderão ser concluídas em quatro semanas. Se esses cálculos estiverem certos, a prorrogação do prazo das medidas interinas, a ser anunciada hoje, não será a derradeira. Ainda que os entendimentos com o FMI e os bancos ocorram da melhor forma, uma hipótese improvável, a diretoria do Fundo não terá condições de aprovar o novo programa econômico antes de esgotar-se o prazo de 31 de agosto, que será estabelecido hoje. São menores ainda as chances de os contratos do acordo de renegociação da dívida estarem assinados naquela data.

POUPANÇA — Um verdadeiro recorde foi conseguido pelas cadernetas de poupança, em maio, com a apresentação de um saldo que superou, na primeira semana do mês, a marca dos Cr\$ 100 trilhões. Segundo dados divulgados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), o saldo das cadernetas é de Cr\$ 103,7 trilhões.

Bancos vão

21 MAI 1985

prorrogar

créditos

GAZETA MERCANTIL

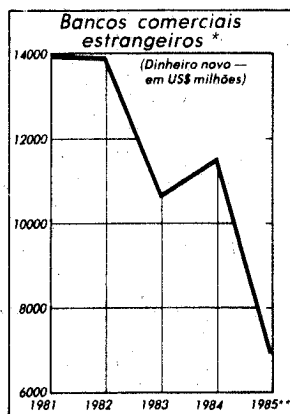
Dívida Ext

por Paulo Sotero
de Washington

O comitê dos bancos deve oficializar hoje a prorrogação por noventa dias do prazo de validade das medidas interinas para a administração dos vencimentos do principal da dívida externa, em 1985, e a renovação das linhas de crédito comercial e interbancário.

O prazo em vigor expira no próximo dia 31. O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, reuniu-se na tarde de ontem na sede do Citibank, em Nova York, com os membros do comitê para tratar do assunto.

No final da reunião, o presidente do comitê, William Rhodes, recebeu um telex do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosiére, comunicando que o governo brasileiro iniciará as negociações de um novo programa econômico com o Fundo na pró-



xima semana. A mensagem de De Larosiére, que apóia o pedido brasileiro de prorrogação, será incluída no telex-circular que o comitê remeterá na tarde de hoje para os setecentos credores do País, pedindo a prorrogação.

Dos setecentos, apenas três — o Banco de Bilbao e o Banco Pastor, ambos da

Espanha, e o New Jersey National Bank, dos Estados Unidos — relutavam ontem em ampliar o prazo. Os dois bancos espanhóis têm, somados, um total de US\$ 20 milhões emprestados ao Brasil. A posição do New Jersey National é ainda menor, não passando de US\$ 2,5 milhões.

Embora quantitativamente insignificantes, a renovação dos empréstimos das três instituições é considerada importante pelo comitê, pois, segundo fonte familiarizada com as negociações, a preocupação dos bancos é "preservar o princípio" segundo o qual quem está dentro não sai.

Além de tratar dos detalhes da prorrogação do prazo, Lemgruber enfrentou, uma vez mais, algumas perguntas dos banqueiros sobre a necessidade de dinheiro novo do País, neste ano. Alguns deles entraram para a reunião munidos dos relatos publicados ontem pela imprensa brasileira sobre as declarações do ministro do Planejamento, João Sayad, quanto ao novo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e a possível necessidade de US\$ 4 bilhões de novos recursos neste ano para fechar o balanço de pagamentos e permitir que a economia cresça.

Lemgruber, segundo seu próprio relato, respondeu que "o documento específico, como o próprio ministro Sayad disse, é preliminar e foi escrito como notas iniciais para servirem de subsídios à discussão do PND pela sociedade. Esta discussão se prolongará até setembro, quando a versão final do PND será elaborada. "O próprio ministro disse isso ontem e, aparentemente, os jornais exacerbaram um pouco a coisa", disse Lemgruber.

O presidente do BC confirmou uma vez mais aos bancos as previsões anteriores do governo de um superávit comercial de US\$ 11,5 bilhões e a necessidade de US\$ 2,5 bilhões de dinheiro novo para fechar o déficit de conta corrente. Ele lembrou, ainda, que a tendência declinante da taxa de juros fortalece essa estimativa.

Como já fizera há duas semanas, Lemgruber disse aos banqueiros que a "expectativa do governo" é de cobrir esse déficit

(Continua na página 13)